
A população portuguesa de Macau, 1800-1850: uma análise demográfica

Diogo Queijo

Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

OEm Working Papers

10

julho de 2022

Neste trabalho faz-se uma análise crítica dos números sobre a população portuguesa em Macau durante o período 1800-1850, disponíveis numa série de tabelas designadas por “mapas populacionais”. Este “mapas” são de periodicidade irregular, iniciando-se no ano de 1803 e terminando em 1849. O seu estudo permite identificar a evolução da população portuguesa por sexo e assim aferir o equilíbrio entre homens e mulheres naquele território. O período é caracterizado por um reduzido crescimento da população portuguesa, mas um aumento considerável na relação de masculinidade.

Palavras-chave Macau, demografia, população portuguesa, império colonial português.

Title The Portuguese Population of Macao, 1800-1850: a demographic analysis

Abstract This paper offers a critical analysis of the figures on the Portuguese population in Macau during the period 1800-1850, available in a series of tables called “population maps”. These “maps” are of irregular periodicity, starting in 1803 and ending in 1849. Their study makes it possible to identify the evolution of the Portuguese population by sex and thus assess the balance between men and women in that territory. The period is characterized by a reduced growth of the Portuguese population, but a considerable increase in the masculinity ratio.

Keywords Macao, demography, Portuguese population, Portuguese colonial empire.

Receção 9 de maio de 2022

Aceitação 26 de maio de 2022

Divulgação pública autorizada

O Observatório da Emigração incentiva a divulgação de seu trabalho. É permitido copiar, descarregar ou imprimir este conteúdo para uso pessoal e profissional, bem como incluir excertos desta publicação em documentos, apresentações, blogues, sítios e materiais de ensino, desde que o Observatório da Emigração seja devidamente identificado como fonte.

Notação

Nas publicações do Observatório da Emigração usa-se a notação anglo-saxónica dos números: os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte-iul.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Índice

| | |
|---|----|
| Índice de gráficos | 4 |
| 1 Introdução..... | 5 |
| 2 Metodologia..... | 7 |
| 3 A população portuguesa de Macau, 1803-1849..... | 11 |
| 4 A população escrava em Macau, 1803-1849..... | 20 |
| Metainformação..... | 25 |
| Fontes..... | 26 |
| Referências bibliográficas | 27 |

Índice de gráficos

| | | |
|-----------|--|----|
| Gráfico 1 | População portuguesa em Macau, 1803-1849..... | 17 |
| Gráfico 2 | Taxa de crescimento da população portuguesa em Macau, por sexo, 1803-1849..... | 18 |
| Gráfico 3 | Grupos sociodemográficos na população portuguesa em Macau, 1803-1849..... | 19 |
| Gráfico 4 | A população portuguesa e escrava em Macau, 1803-1849 | 23 |
| Gráfico 5 | Taxa de crescimento da população portuguesa e da população escrava em Macau, 1803-1849..... | 24 |

1 Introdução

Os primeiros relatos de portugueses a estabelecerem-se na zona que corresponderia, mais tarde, a Macau datam da primeira metade do século XVI. Estes portugueses seriam sobretudo comerciantes que, por iniciativa privada, se foram estabelecendo numa área que à época seria habitada por chineses (Amaro, 1998; Vale, 2013; Hespanha, 2019). A cidade, que se situa numa pequena península, tornou-se num dos pontos fundamentais do comércio asiático português, sendo este o principal rendimento da cidade e da sua identidade (Rato, 2015). De uma forma geral a sociedade de Macau seria caracterizada, pelo menos até meados do século XIX, pela convivência de duas sociedades no mesmo espaço: os chineses e os cristãos; os primeiros sob a égide do Império Chinês, os segundos já súbditos do monarca português (Serrão, 1998; Vale, 2013). Existiam inclusive leis distintas para os dois povos que habitavam a mesma cidade (Serrão, 1998; Vale, 2013). Na verdade, esta divisão tinha impactos claros na contabilização populacional, já que a população chinesa por se encontrar sobre proteção das autoridades chinesas não era contabilizada nos mapas produzidos pela administração portuguesa, que tinham, entre outros, o objetivo de contar com rigor a população sob a autoridade lusa, seja para efeitos fiscais, de recruta militar, ou até religiosos.

O estudo da demografia histórica de Macau durante o século XIX não é de todo um cenário novo para a historiografia. Entre as diversas obras existentes salientam-se como exemplo as de Ana Amaro (1998), José Vicente Serrão (1998), João Carlos Oliveira (2000), António Vale (2013) e mais recentemente Diana Rato (2015). O artigo de Diana Rato será o que mais se poderá aproximar ao presente texto,¹ contemplando, na sua maioria, fontes primárias obtidas pelo Projeto *Counting Colonial Populations: Demography and the use of statistics in the Portuguese Empire, 1776-1875*.² Todavia a sua análise termina, sensivelmente, a metade do período idealizado para este estudo, para além de que a sua investigação contempla menos fontes do projeto referido.

O objetivo central deste trabalho é o da avaliação da população portuguesa de Macau no período 1803-1849, no que toca à evolução de efetivos, tanto masculinos como femininos, construindo-se a taxa de variação anual primeiramente e, posteriormente por década.³ Com a apresentação dos efetivos masculinos e femininos será possível construir a relação de masculinidade, que no caso de Macau é particularmente interessante dado que durante todo o período em es-

¹ Este texto é parte da minha dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea pelo Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, orientada pelo Professor Paulo Teodoro de Matos.

² <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>

³ Em linha com o que realizou Diana Rato (2015), facilitando assim a comparação dos dados.

tudo o número de habitantes do sexo feminino (não tendo em conta a sua estrutura etária) irá ser sempre superior ao número de habitantes do sexo masculino. Outros dados como os óbitos, os casamentos e os batizados também se encontram presentes, mas apenas tardiamente (a partir de 1835) e pelo que a sua análise não suscita tanto interesse.

Com os resultados obtidos pretende-se apresentar uma primeira ideia de quais seriam os efetivos coloniais em Macau durante a primeira metade do século XIX, com uma série de fontes primárias que, até ao momento, não parecem ter sido usadas noutra tipo de trabalhos. Tentaremos, pois, identificar conexões entre as variações populacionais e determinados eventos políticos, económicos e sociais que o pequeno território enfrentou ao longo do período. Não se deve, todavia, considerar este trabalho como um levantamento exaustivo das fontes de natureza demográfica existente para o território, mas, por razões de ordem prática, daquelas que se encontram digitalizadas pelo portal do Counting Colonial Populations, que reúne diversas fontes de cariz ainda inédito.

2 Metodologia

Antes da apresentação dos resultados, a explicação da metodologia utilizada merece uma menção alongada. Em primeiro lugar, é necessário ter em conta que analisar a população exclusivamente portuguesa (os ditos “reinóis”) de Macau para o período proposto seria na sua essência impossível. Não somos capazes de precisar quem eram em termo estrito os portugueses (da metrópole) através dos mapas Populacionais disponíveis, é uma limitação que devemos ter sempre em conta. Na verdade, para certas datas e com base em certos teste-munhos históricos podemos dizer com alguma segurança que esta população seria bastante reduzida, não passando provavelmente dos 100 indivíduos ao longo de todo o período em estudo.⁴ Como António Manuel Hespanha refere “A cidade [de Macau] era habitada por uma população muito crioulezada” (p. 202), algo que deverá explicitar bem a dificuldade de contar os ditos portugueses de Portugal. Na verdade, a escassez de portugueses vai de acordo com a referência que José Vicente Serrão (1998) faz sobre Macau como sobretudo um lugar de passagem e não tanto de estadia prolongada. No entanto, usar esses reduzidos números seria impraticável, já que são escassos os anos para que dispomos desses números. Além do mais estes dados são relativamente dispersos e durante grande parte do período estão agregados aos de outros grupos sociais.⁵ Para além disso, só seríamos capazes de analisar a população portuguesa masculina, já que as mulheres (certamente muito poucas oriundas da metrópole) estavam diluídas no grupo genérico das mulheres (ou mulheres brancas).

Para circundar os problemas metodológicos apresentados decidi contemplar toda a população de Macau contabilizada nos mapas como a população portuguesa, excetuando-se os escravos, algo que irei explicar de seguida. De uma forma geral a população contabilizada nos mapas populacionais dizia respeito à população súbdita do rei português e à que vivia intramuros. Neste sentido assume-se que toda a população contabilizada nos mapas era: (1) população cristã e (2) súbditos do monarca português (Vale, 2013). Porém, designar este grande conjunto populacional de “portugueses” seria provavelmente incorreto.

Dentro dos mapas a grande divisão que parece ser contínua é entre livres e não livres. Os primeiros são os que poderiam corresponder, de uma forma ou outra, ao que se poderia designar por “comunidade portuguesa”, na sua maioria encontraríamos decerto os ditos

⁴ Em 1830 existiriam 90 reinóis (Oliveira, 2000).

⁵ Encontram-se diluídos em grupos maiores, como homens/mulheres ou brancos (divididos por género também).

Reinóis e os Macaenses (que para os efeitos deste artigo e também de simplificação podemos entender como toda a população que teria algum tipo de relação familiar com os portugueses, isto é, que era descendente dos portugueses, independentemente do grau). Porém dado o grande nível de miscigenação existente dentro da comunidade (Hespanha, 2019), não seria de todo certo que, para além da língua, a ligação à metrópole fosse próxima. Recorde-se que Macau parece ter sido quase sempre marcado por uma elevada independência administrativa e política, tendo o Leal Senado uma certa autonomia aparente ao tratar a política externa da cidade com as autoridades chinesas. Por esta razão poderia entender-se Macau como uma comunidade portuguesa à parte ou, como refere Hespanha (2019) parte integrante de um “Império sombra”, diferente do domínio formal sentido na metrópole e noutros locais. Levanta-se, assim, a questão de até que ponto grande parte destes indivíduos se considerariam a si mesmo como portugueses e portuguesas (ou se de facto se poderiam ser considerados como tal), mas esta é uma questão que ultrapassa os objetivos desta publicação.

Relativamente ao grupo dos não livres, António Vale – um dos investigadores que mais se dedicou à demografia macaense –, chama-nos à atenção para o facto de “(...) em todos os levantamentos, os escravos são incluídos no cômputo da população considerada portuguesa, constituindo com os homens livres a comunidade dos súbditos (...)” (2013, p.71). Isto poderia levar-nos a incluir a população escrava na contabilização total dos portugueses, já que nos mapas são incluídos e até são considerados cristãos (ou pelo menos assim o devia ser). Porém a questão não é tão simples como parece. Na população livre podemos dizer com algum nível de confiança que uma elevada porção da mesma teria algum tipo de ligação direta aos portugueses, no que toca aos laços de sangue. Diferente é o caso da população escrava: essa ligação a existir – que é uma forte possibilidade dado que a procriação entre senhores e escravas era uma realidade ao longo do Império Colonial Português – não deveria assumir as proporções que a da população livre tinha. A juntar-se a isto devemos salientar que a proveniência dessas populações não era de todo evidente; logicamente que nenhuma devia ser de Portugal, mas através dos mapas não é claro o local de origem, sabemos que os mapas de 1830 e 1831 classificam-nos de “Pretos” e “Pretas”, mas isso tanto se poderá referir a escravos provenientes da África (Oriental), como da Índia. Esta lógica inerente, anexa ao pedido do Observatório da Emigração para estudar sobretudo populações portuguesas, levaram-me a excluir a população escrava do total populacional português, sendo, todavia, usada para um ponto de comparação e demonstração do seu peso na sociedade macaense, relativamente grande para a realidade que se vivia no Estado da Índia Português (Matos, 2013).

Logo, para a contabilização que se pretende seguir ao longo deste artigo, serão utilizados os dados correspondentes a duas classes: a população branca – que em certos períodos de tempo é referida simplesmente como Homens e Mulheres – e as outras castas. Estes grupos

aparecem bem sinalizados nos mapas, excetuando-se nos anos de 1809 e 1823 que se-guiram uma contabilização distinta, não obstante é possível retirar as informações necessá-rias.

Com estas considerações, damos por terminada a explicação relativa à população em estudo e à qual reputei como sendo parte integrante da população portuguesa, mesmo que o próprio conceito de “português” fosse, de uma forma ou outra, “ampliado” ou maleado, de forma a cumprir os objetivos propostos. Seja como for, pode dizer-se que os números populacionais presentes neste trabalho correspondem de uma forma mais ou menos segura à população cristã, incluindo reinóis e macaenses. Seria de esperar que alguns grupos mais reduzidos de cristãos de outras proveniências estejam também incluídos, sejam eles de países europeus ou até do sudeste asiático (incluindo a China).⁶ Contudo, face à inexistência de melhores fontes estes serão os dados que servirão de base à análise. O fundamental objetivo passará pela captação da essência da população de Macau em termos de quantitativos.

Por outro lado, temos igualmente de reconhecer que as fontes primárias disponíveis, isto é, os mapas populacionais, apresentam alguns problemas, situação que tanto Rato (2015) como Matos (2016) identificam. Os dados disponíveis são por vezes dispersos na informação: se os mapas da População de Macau de 1803 e 1804 apresentam-nos o estado civil da população, assim como as faixas etárias, o mapa seguinte, de 1809, já apresenta uma configuração completamente diferente já que não apresenta o estado civil e as faixas etárias, mas sim uma divisão entre grupos sociais (clero, militares e a população civil). Apesar de tudo e de diferenças pontuais no que toca à categorização da população, os mapas não se diferenciam muito de si. Devemos igualmente salientar que para certos períodos temos disponíveis uma divisão etária, por vezes mais aprofundada com divisão em várias classes de idades, por outras com uma divisão mais curta, contendo apenas os maiores e menores de cada sexo, ou uma divisão etária com classes muito próximas uma das outras.⁷ Estas informações acabam por ser, mais uma vez, um pouco difusas para o propósito deste trabalho pelo que não serão incluídas na análise.

Outra advertência, agora sobre a periodicidade dos mapas. Enquanto os dois primeiros mapas são de 1803 e 1804, o terceiro surge só cinco anos depois. Da mesma forma, no período entre 1810 e 1816 localizam-se sete mapas e só para o ano de 1813 existem dois mapas com informações distintas. Em contraponto, para a década de 20 apenas dispomos de três tabelas estatísticas, à semelhança do que ocorre na primeira década do século. Relativamen-

⁶ Não devemos esquecer que até à Primeira Guerra do Ópio os mercadores europeus que quisessem negociar na China tinham, regra geral, a sua base em Macau. Esta situação inverte-se com a fundação de Hong Kong, que leva à saída destes grupos e das suas famílias de Macau (Serrão, 1998).

⁷ Atente-se para os mapas entre 1810 e 1816, que contêm a seguinte divisão etária: “10 para baixo”; “10 para cima”; “12 para baixo”; e “12 Para cima”.

te aos seguintes decénios contamos sete mapas para 1830s e outros tantos para a última década. Ainda que se apresente a variação para cada um dos mapas irei igualmente realizar uma esquematização dos dados por década (à semelhança do que Diana Rato fez no seu trabalho (2015)). Isto é, ao invés de apresentar exclusivamente os 27 mapas, irei agrupar os dados por década e tentar apresentar a tendência geral ao longo destas cinco décadas. Isto apenas terá efeito na contabilização de efetivos e no máximo na contabilização dos habitantes do sexo masculino e feminino. Assim simplifica-se a observação dos dados totais disponibilizados, ao mesmo tempo que tenta fazer frente às lacunas temporais existentes entre os mapas Populacionais.

A análise do conteúdo das fontes primárias disponíveis deve ser alvo de alguma crítica. É natural encontrarmos alguns erros esporádicos por parte do es-crivão no que toca ao somatório dos números populacionais. Todavia deixa em aberto a possibilidade de outro tipo de erros que podem não ser perceptíveis à primeira vista, por exemplos as bruscas oscilações populacionais registadas em certos anos, como entre 1804 e 1809 onde a população sobe de 3,619 para 4,197 habitantes. O mesmo se dirá para 1809-1810 em que a população desde aos 3,011, uma diferença de mais de um milhar. Na verdade, o que parece ter acontecido em 1809 foi a não divisão entre os grupos da população livre e não li-vres. Chegamos a esta conclusão com base na análise do quadro 7 (em anexo), que nos mos-tra uma certa continuidade com o mapa seguinte (1810) na população total (portugueses mais escravos). Isto acaba por colocar a questão se o mapa de 1809 deve ou não ser utilizado à luz destes factos, algo que terei sempre em conta ao longo da análise.

Por fim, uma nota sobre os dados. Como temos vindo a referir, todos os dados de fontes primárias utilizados neste texto foram retirados do *website* do projeto Counting Colonial Populations: Demography and the Use of Statistics in the Portuguese Empire, 1776-1875, que compreende em si os 27 mapas populacionais usados na construção deste trabalho.⁸

Deve-se ainda destacar que todos os mapas referidos se encontram transcritos para formato Excel no mesmo *website*. Todavia por recomendação do meu orientador de dissertação (e também uma das principais figuras do Projeto suprarreferido) todos os dados foram conferidos e comparados com as digitalizações presentes, também no website, sempre que tal era possível.

⁸ Uma lista mais precisa dos mapas Populacionais utilizados encontram-se referenciados no final deste artigo.

3 A população portuguesa de Macau, 1803-1849

Entre 1803 e 1849 observa-se um aumento populacional de cerca de 300 indivíduos (de 3,619 para 3,917 habitantes), que representa uma taxa de crescimento de 8.2% para todo o período em estudo, o que se pode considerar praticamente nulo. Isto sugere a ideia de que Macau era sobretudo um local de passagem (Serrão, 1998), que ganha mais força quando reparamos nas diferentes amplitudes registadas na população portuguesa, seja em termos numéricos como em termos de taxa de crescimento efetivo. Em certa medida os dados vão de acordo com “(...) uma relativa estagnação da população portuguesa ao longo do de todo o século XIX.” (p. 320), sugerido por João Carlos Oliveira (2000).

Numa primeira análise é verificável a significativa volatilidade no que diz respeito à taxa de crescimento da população: 37.8% e -30.1%. Isto expõe indícios de que poderão ter existido algum tipo de erro na contagem populacional em certos anos como, por exemplo, no cômputo das populações flutuantes (como o caso dos militares, que não seriam contabilizados, a não ser nos anos que aparecem expressamente referidos). Se analisarmos os dados conseguimos verificar que entre 1809 e 1810 existe um decréscimo de 1,296 indivíduos, a maior queda entre as tabelas estatísticas em termos percentuais, uma descida suspeita que levanta algumas dúvidas relativamente à contagem realizada para o ano de 1809, onde se atingiria o máximo número de habitantes supostamente livres de toda a série (4,307).

Não obstante a qualidade, por vezes duvidosa, dos dados é possível desenhar um padrão geral para as cinco décadas que compõem este estudo, especialmente se analisarmos os dados correspondentes à média de cada uma das décadas. Começamos o período com uma subida relativamente elevada (19%) entre 1803-1804 e 1809, que é seguida por uma queda abrupta na ordem dos 30.1% na entrada para a nova década. Ainda que se omitirmos o mapa de 1809, que apresenta números duvidosos na contagem, a descida fica a metade, nos 16.8%. A tendência continuará descendente, tendo logo em 1811 baixado dos três milhares de efetivos populacionais. Ainda que haja uma ligeira subida de 2,666 habitantes para 2,871 em 1814, o Mapa seguinte marcará mesmo o valor mais baixo de toda a série (2,215) ao qual se seguirá as duas maiores subidas percentuais da série, em 1816 (26.5%) e 1823 (37.8%). Até 1843, os valores populacionais variam entre 3,374 e os 4,073, mantendo-se dessa forma muito próximos, ainda que seja possível verificar descidas e subidas com dois dígitos percentuais. Os picos populacionais eram sempre sucedidos por reduções. Em 1843 e pela primeira vez na série a população portuguesa mantém-se nos 4,000 habitantes, com exceção para o último ano da série (1849) que baixa para os 3,917 habitantes (ver quadro 1, em anexo).

Fazendo-se a análise por década surgem, logo no primeiro decénio, valores relativamente altos (mesmo excluindo o Mapa de 1809 a média situa-se nos 3,619 indivíduos, mais 897 que na década seguinte), na década de 10 uma descida, uma recuperação na de 20 e apenas uma pequena descida na de 30 que pode ser considerada quase uma manutenção da década anterior. Para se terminar, a última década apresenta os valores médios mais elevados.

Não parece existir uma relação direta entre a conjuntura político-económica da região com as flutuações populacionais, nas primeiras duas décadas a cidade parece registar uma vitalidade económica, apesar dos impactos das lutas napoleónicas na Europa (Serrão, 1998). Em 1815 temos inclusive uma reação dos chineses contra o tráfico de ópio que passava por Ma-cau (que aparentemente encontrava-se em crescente), que leva a uma resposta do Senado de Macau para limitar o tráfico de navios estrangeiros por Macau (Silva, 1995), mas que levaria a crer que Macau se tinha tornado um hub económico com alguma importância para o tráfico de ópio durante esse período. Algo confirmado por Ângela Guimarães (2000), referindo como a subida intensa do tráfico do ópio nas últimas três décadas da centúria anterior, levará a propagação de traficantes britânicos na zona envolvente a Macau, resultando numa série de medidas das autoridades chinesas que visava obrigar estes traficantes a concentrarem-se em Macau, que se torna o centro destes traficantes durante as duas primeiras décadas do século XIX. Isto acaba por colocar em causa as descidas registadas até 1815 (que é importante re-lembrar que é onde encontramos o Mapa com o valor populacional mais baixo da série). Por outro lado, poder-se-ia aludir a este evento como o que levou à queda abrupta de 22.8% sentida em Macau entre o ano de 1814 e 1815, mas no seguinte Mapa (1816) a população aumenta 26.5%, por isso acaba por não servir de explicação.

Há que, todavia, reconhecer os problemas existentes com os britânicos sobre Macau durante estas duas primeiras décadas do século. Estes tentam por várias vezes (e com recursos a várias situações) ocupar ou apoderar-se de Macau, muitas vezes disfarçando as suas intenções de ações defensivas benéficas na proteção de Macau na primeira década (Guimarães, 2000). Na década seguinte os problemas têm um carácter económico: o aumento dos comerciantes privados britânicos, que afetam o comércio português (Guimarães, 2000).

A década seguinte, de 1820, parece caracterizar-se por um período de alguma dificuldade económica (e subsequente queda demográfica) devido à perda dos traficantes de ópio do Reino Unido; à revolução liberal na metrópole; e ainda à independência do Brasil (Guimarães, 2000). Mas, na verdade a década de 1820 representa um aumento de 38.3% relativamente ao decénio anterior, ainda que tenhamos de analisar estes números com o devido cuidado, já que se dispõe apenas de três mapas Populacionais e a taxa de crescimento poderia não corresponder à realidade vivida na cidade. Mas partindo do princípio de que esse número estaria correto, o que se verifica nas décadas de 20 a 40 é a quase uma manutenção dos efetivos contabilizados. Mesmo considerando os mapas a nível individual verificamos

que: (1) os habitantes contados nunca descem abaixo dos 3,000; (2) na última década quatro dos sete mapas apresentam números superiores a 4,000 habitantes, por oposição a um em sete na década transata.

Esta relativa manutenção dos números poderia ser explicada pela conjuntura económica aparentemente favorável de Macau, como Ângela Guimarães (2000) destaca. Macau apesar de desprovido de importância política em virtude da nova legislação liberal (sem antes e pelo meio ter causado um longo período de instabilidade política, que afeta as redes comerciais), acabaria por “(...) desenvolve[r] as suas características de estância cosmopolitana, onde atinge um brilho inigualável.” (Guimarães, 2000, p.31). A autora continua referindo como é em Macau que os agentes comerciais estrangeiros (e as suas famílias) se estabelecem, apesar do aumento de liberdade em Cantão, que traz uma nova vida cultural à cidade e possivelmente algum desafio económico. Por outro lado, a década de 40 também ficaria marcada por um aumento da autonomia da cidade, com a colocação de um governador diretamente sujeito a Lisboa e não a Goa, como tinha sucedido até a este momento (Serrão, 1998).

A última década da série acaba por ser mais interessante se observarmos a conjuntura regional que se forma em torno de Macau, com a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) que resulta na cedência de Hong Kong aos britânicos. Isto faria antever baixas populacionais consideráveis no número de habitantes de Macau, mas os dados disponíveis não nos fazem crer que tenha existido uma movimentação de efetivos para fora de Macau. Hong Kong tornar-se-ia indubitavelmente um fator de competição para Macau. Ainda no final da década de 30, existira um novo perigo de anexação de Macau por parte do Reino Unido, mas no novo decénio década observa-se, não apenas a garantia de concessão de Hong Kong aos britânicos, como a abertura de Cantão às potências ocidentais e de quatro outros portos ao comércio internacional. Macau deixava então de ser a porta de entrada exclusiva do mundo Ocidental à China. Estes fatores levam Macau a requisitar tratamento semelhante às autoridades chinesas (Macau ainda pagava um “aluguer” à China – o chamado “Forro de Chão”, enquanto Hong Kong havia sido cedido sem condições, por imposição da Primeira Guerra do Ópio). Apesar da lista ainda longa de pedidos portugueses aos chineses, as concessões conseguidas são reduzidas. Os chineses não tinham interesse em conferir mais direitos aos portugueses. Por outro lado, os britânicos queriam aumentar a importância de Hong Kong sobre Macau. O plano britânico para Macau passava por mantê-lo apenas como uma porta aberta útil, mas que nunca teria mais importância que Hong Kong. De qualquer das formas a colónia britânica detinha melhores condições de acesso, seja por terra ou por mar, do que o território português (Serrão, 1998; Figueiredo, 2000).

No entanto, o sucesso de Hong Kong não parece ser imediato, nos primeiros anos os comerciantes britânicos preferiam ficar em Macau e em 1845 o governo na metrópole transforma Macau num porto-franco, à semelhança de Hong Kong, tentando competir. Mas na

verdade isto acaba por ser contraprodutivo de um ponto de vista económico, já que se perdem as tão necessárias receitas aduaneiras ao mesmo tempo que as taxas alfandegárias chinesas permanecem ainda ativas. Macau não conseguia competir com Hong Kong, razão pela qual diversos comerciantes aí se estabelecem (Serrão, 1998; Figueiredo, 2000).

O final da década ainda trazia novidades. Na figura de um novo governador, Ferreira do Amaral (1846-1849), existirá uma forte tentativa de afirmar o poder português na colónia, particularmente sobre a comunidade chinesa. Aproveitando a fragilidade do Império do Meio sem muitas surpresas a contestação far-se-á sentir sobretudo à figura do governante (que aparentava não contar com o apoio da comunidade portuguesa, que via com maus olhos medidas de carácter anti chinês). Este acabaria por ser assassinado em 1849, ao qual se seguiria uma invasão chinesa, rechaçada com sucesso com auxílio britânico e francês (Figueiredo, 2000).

Analisando este compêndio muito resumido de eventos de Macau nos anos 40 e olhando-se para os dados, verifica-se desde logo que não existe qualquer influência aparente nos números. À primeira vista até se poderia dizer que estes eventos não tiveram um impacto demográfico. Aliás, seguindo a linha de pensamento aqui traçada chegamos facilmente à conclusão que não parece existir uma relação de causa-efeito entre os eventos políticos, económicos e até sociais de Macau com a sua demografia, pelo menos isso é o que se observa ao longo destas cinco décadas. No entanto, talvez fosse mais prolífero analisar os números num contexto mais alargado. Segundo Ângela Guimarães (2000) a criação de Hong Kong insere-se numa conjuntura mais ampla que tem início em 1780. Conjuntura essa que já advinha de uma continua situação desfavorável para Macau ao longo do século XVIII.

Tendo por base toda a conjuntura que Macau irá passar, desde a perda do exclusivo comercial com o Império do Meio, como a criação de Hong Kong pelos britânicos, o facto da sua população ter aumentado parece algo de frisar. Eventualmente, e especialmente no período pós 1850, Macau encontraria outra função, na forma de apoio a Hong Kong (já que se tornaria claro que não poderia competir comercialmente com os britânicos) e até 1874 prosperaria com o tráfico dos coolies sobretudo para as Américas (Serrão, 1998, p. 750-751 e 753).

Não obstante a volatilidade apresentada pelas taxas de crescimento e dos números populacionais, somos capazes de encontrar algumas variantes contínuas: o número superior de habitantes do sexo feminino, relativamente ao sexo masculino (ver quadro 3, em anexo, e gráfico 3), sendo apenas favorável a estes últimos uma única vez, em 1830 (113,27%). Excepcionalmente esse ano a relação de masculinidade irá manter-se sempre entre os 44,65 e 84,51, uma variação relativamente pequena. Segundo Alves-Caetano (2016) existiriam problemas na obtenção de homens portugueses com quem casar em Macau, ainda que Rato (2015) aponte numa direção oposta explicando que haveria sim falta de mulheres brancas (entenda-se europeias). A razão por detrás destes valores não é totalmente clara, mas a principal parece encontrar-se no número elevado de naufrágios em alto-mar (não nos podemos esque-

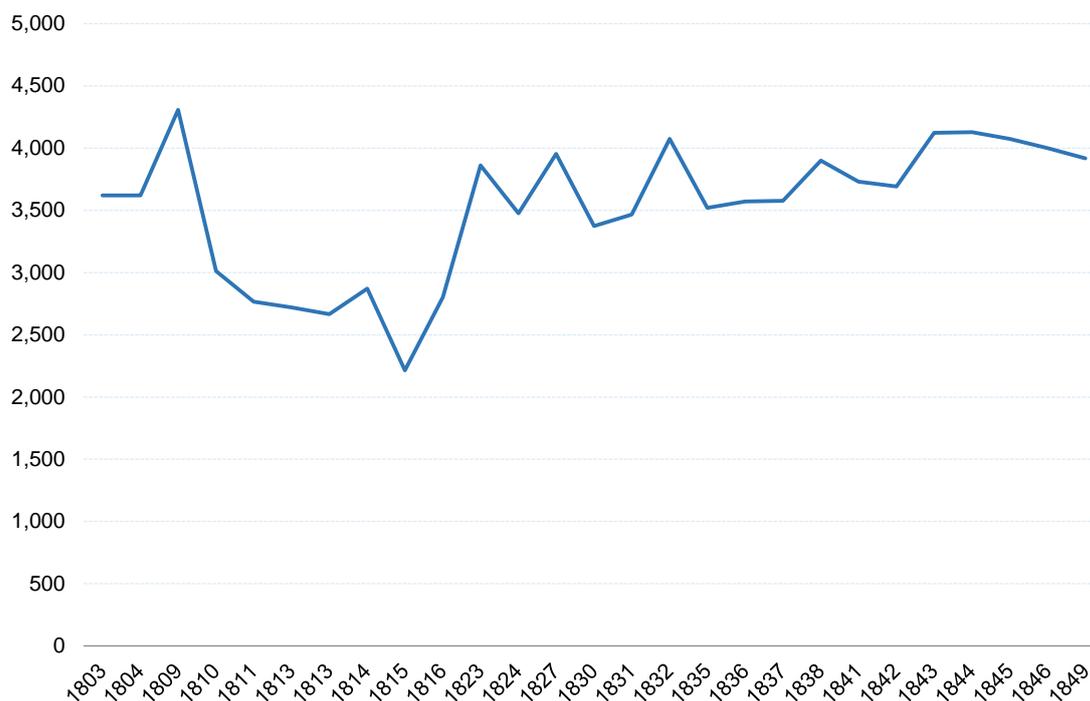
cer que a pirataria continuaria presente durante grande parte do período). Por outro lado, o facto de Macau ser apresentado sobretudo como um lugar de passagem comercial (Serrão, 1998) parece dar mais razão a tal argumento, já que os cargos administrativos, militares e nos navios de comércio seriam ocupados por homens. Parece lógico então supor, que dada a maior propensão dos homens do que as mulheres (especialmente se fossem as esposas destes) para sair da colónia (seja circulando para outros cargos na administração colonial, seja através do comércio) o seu número fosse mais volátil e menor do que o das mulheres. Porém, a quantidade de mulheres em Macau acabava por se constituir como um verdadeiro flagelo social, com muitas delas a viver em pobreza fruto da perda dos maridos em alto-mar (Vale, 2013, p.76).

Os dados aqui expostos apresentam-se como uma tentativa inicial de aprofundar o conhecimento demográfico da sociedade de Macau, pelo menos no que toca à população cristã, através de uma série de mapas inéditos. Os seus resultados são um pouco limitados em virtude dos também limitados dados disponíveis. A informação adquirida permite-nos aferir certos conhecimentos sobre a população, mas deixam algumas dúvidas relativamente à sua fiabilidade. Certas constantes vão se mantendo ao longo do período em estudo, como é o caso da taxa de masculinidade, mas os números dos contingentes de portugueses apresentam alguma amplitude no que toca à sua evolução e de facto não nos permitem fazer uma relação causa-evento efetiva entre essas variações e certos eventos que ocorreram na região, isto é, a existência de subidas e descidas na casa das centenas de indivíduos em alguns anos das séries, não parecem ser explicáveis pelos “saltos” temporais existentes entre os mapas Populacionais, nem pelos eventos contemporâneos.

Em suma, os dados explorados permitem-nos aferir certos conhecimentos sobre a população, mas deixam algumas dúvidas relativamente à sua fiabilidade, face à existência de grandes flutuações em alguns anos das séries, não sendo explicadas pelos “saltos” temporais existentes entre os mapas Populacionais, nem pelos eventos contemporâneos. Ainda que através da análise entre décadas seja possível chegar a uma tendência populacional mais facilmente visível. O Mapa de 1809 será certamente a fonte que mais nos chama à atenção para possíveis leituras erradas. Com base na informação disponibilizada e os valores registados no Mapa anterior e no seguinte a 1809, podemos dizer com um elevado grau de certeza que a contagem realizada nesse ano contou população livre e não livre como uma só. Isto poderia ser problemático para a tese apresentada ao longo deste artigo, onde se procurou fazer uma divisão entre os que seriam portugueses e os que não seriam (ainda que ao longo do texto se tenha tido à atenção para apresentar os números sem a presença desse mapa), aqui claramente levanta-se a questão de: seriam os escravos considerados de portugueses também? Ou o fator de interesse para as autoridades lusas em Macau era sobretudo a ligação à coroa portuguesa? Porque se trata de um primeiro trabalho de aprofundamento de uma série de

fontes que até ao momento pareciam não ter sido usadas, optou-se por incluir o Mapa de 1809 nos quadros (em anexo) e gráficos realizados, mas isto deverá funcionar como uma séria advertência para a incerteza sempre presente no que toca à análise dos mapas, uma vez que estamos sempre dependentes da informação que temos disponível. Com base na análise num nível mais macro (mesmo tendo em conta que o trabalho apenas contempla 50 anos) poderemos colocar de parte algumas dessas incertezas, mas nunca poderemos ter 100% de certeza que estamos perante populações exclusivamente portuguesas (ou no sentido mais amplo que eu usei ao longo deste trabalho, com populações que eram exclusivamente familiarizadas de uma forma ou outra com os portugueses).

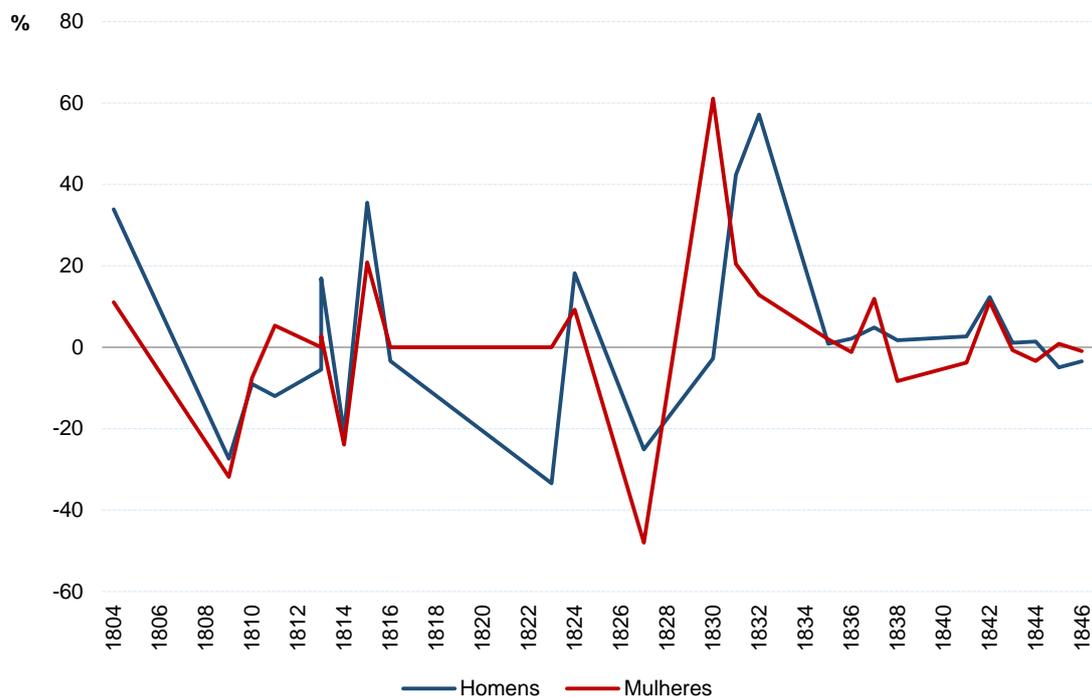
Gráfico 1 População portuguesa em Macau, 1803-1849



Nota No ano de 1809 foi adicionado à população masculina 34 “clérigos” (1 “bispo”, 4 “vigário e dignidade”, 6 “cónegos”, 2 “meios cónegos”, 3 “parraes (?)”, 14 “sacerdotes” e 3 “menores”), 12 “regentes” (1 “dominicano”, 1 “franciscano”, 10 “capuchos”) e 6 pessoas do “seminário” (6 “mestres e leigos” e 19 “alunos”) e à população feminina 39 “regentes” (39 “freiras”). No ano de 1823 foram adicionados à população masculina 45 membros do “corpo eclesiástico” (22 “sacerdotes seculares”, 3 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 6 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 7 “dittos da Ordem Franciscana” e 7 “dittos da Congregação de S. Vicente de Paulo”) e à população feminina foram adicionados 38 membros do “corpo eclesiástico” (38 “religiosas de Santa Clara”). Membros do corpo militar não foram adicionados em nenhum dos casos referidos em cima, já que não seria hábito incluí-los nos mapas populacionais. No ano de 1830 foi adicionado à população masculina 26 homens de “diversas castas” e à população feminina 116 mulheres de “diversas castas”. No ano de 1831 foi adicionado à população masculina 29 homens de “diversas castas” e à população feminina 107 mulheres de “diversas castas”. Nos anos em que há a presença da categoria “maiores” e “menores” (1830, 1831 e 1832), os “maiores” foram considerados na categoria da população portuguesa do sexo masculino e do sexo feminino. Sendo anteriormente escravos optou-se por não se considerar os “libertos” como parte integrante da população portuguesa.

Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do projeto *Counting Colonial Populations: Demography and the Use of Statistics in the Portuguese Empire, 1776-1890*.

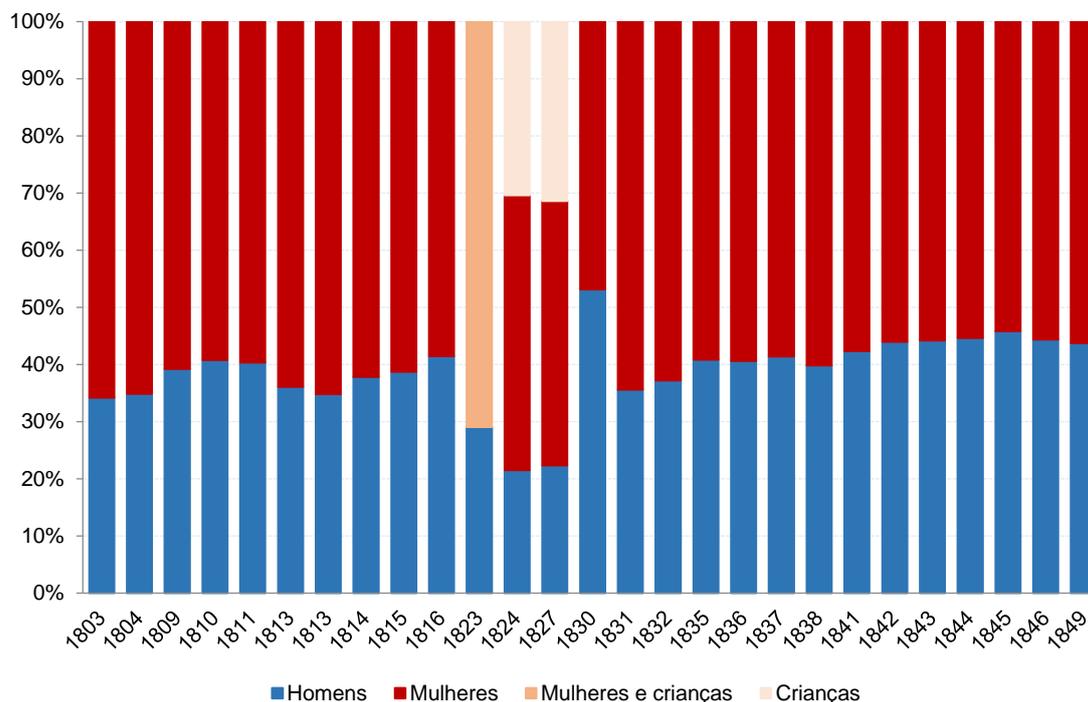
Gráfico 2 Taxa de crescimento da população portuguesa em Macau, por sexo, 1803-1849



Nota No ano de 1809 foi adicionado à população masculina 34 “clérigos” (1 “bispo”, 4 “vigário e dignidade”, 6 “cónegos”, 2 “meios cónegos”, 3 “parraes (?)”, 14 “sacerdotes” e 3 “menores”), 12 “regentes” (1 “dominicano”, 1 “franciscano”, 10 “capuchos”) e 6 pessoas do “seminário” (6 “mestres e leigos” e 19 “alunos”) e à população feminina 39 “regentes” (39 “freiras”). No ano de 1823 foram adicionados à população masculina 45 membros do “corpo eclesiástico” (22 “sacerdotes seculares”, 3 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 6 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 7 “dittos da Ordem Franciscana” e 7 “dittos da Congregação de S. Vicente de Paulo”) e à população feminina foram adicionados 38 membros do “corpo eclesiástico” (38 “religiosas de Santa Clara”). Membros do corpo militar não foram adicionados em nenhum dos casos referidos em cima, já que não seria hábito incluí-los nos mapas populacionais. No ano de 1830 foi adicionado à população masculina 26 homens de “diversas castas” e à população feminina 116 mulheres de “diversas castas”. No ano de 1831 foi adicionado à população masculina 29 homens de “diversas castas” e à população feminina 107 mulheres de “diversas castas”. Nos anos em que há a presença da categoria “maiores” e “menores” (1830, 1831 e 1832), os “maiores” foram considerados na categoria da população portuguesa do sexo masculino e do sexo feminino. Sendo anteriormente escravos optou-se por não se considerar os “libertos” como parte integrante da população portuguesa. Para esta taxa de variação não foram incluídos a classe “mulheres e crianças” de 1823 e os “crianças” presentes nos mapas de 1824 e 1827.

Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do projeto *Counting Colonial Populations: Demography and the Use of Statistics in the Portuguese Empire, 1776-1890*.

Gráfico 3 Grupos sociodemográficos na população portuguesa em Macau, 1803-1849



Nota No ano de 1809 foi adicionado à população masculina 34 “clérigos” (1 “bispo”, 4 “vigário e dignidade”, 6 “cónegos”, 2 “meios cónegos”, 3 “parraes (?)”, 14 “sacerdotes” e 3 “menores”), 12 “regentes” (1 “dominicano”, 1 “franciscano”, 10 “capuchos”) e 6 pessoas do “seminário” (6 “mestres e leigos” e 19 “alunos”) e à população feminina 39 “regentes” (39 “freiras”). No ano de 1823 foram adicionados à população masculina 45 membros do “corpo eclesiástico” (22 “sacerdotes seculares”, 3 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 6 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 7 “ditos da Ordem Franciscana” e 7 “ditos da Congregação de S. Vicente de Paulo”) e à população feminina foram adicionados 38 membros do “corpo eclesiástico” (38 “religiosas de Santa Clara”). Membros do corpo militar não foram adicionados em nenhum dos casos referidos em cima, já que não seria hábito incluí-los nos mapas populacionais. No ano de 1830 foi adicionado à população masculina 26 homens de “diversas castas” e à população feminina 116 mulheres de “diversas castas”. No ano de 1831 foi adicionado à população masculina 29 homens de “diversas castas” e à população feminina 107 mulheres de “diversas castas”. Nos anos em que há a presença da categoria “maiores” e “menores” (1830, 1831 e 1832), os “maiores” foram considerados na categoria da população portuguesa do sexo masculino e do sexo feminino. Sendo anteriormente escravos optou-se por não se considerar os “libertos” como parte integrante da população portuguesa.

Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do projeto *Counting Colonial Populations: Demography and the Use of Statistics in the Portuguese Empire, 1776-1890*.

4 A população escrava em Macau, 1803-1849

Por um lado, temos os chineses sem dúvida o maior grupo populacional presente, todavia, acabam por ser uma comunidade muito complexa de contabilizar por uma miríade de razões, mas que se pode resumir no facto de termos muito poucos dados (para além de contagens aproximadas), especialmente no que toca à primeira metade do século XIX. Porém, o grupo mais interessante de explorar em Macau neste caso até seriam os escravos, tendo em vista o seu peso relativamente grande na sociedade macaense, comparativamente a outras possessões asiáticas portuguesas, como Goa (Matos, 2016).

Neste campo, uma constante é clara, a elevada proporção de escravos. Se juntarmos as duas populações (quadro 7, em anexo, e gráfico 4) verificamos que a percentagem de escravos no total populacional apresenta valores entre a casa dos 20% a 30%, excetuando-se os anos de 1823 (12.2%) e 1849 (11.1%) abaixo desse valor e 1815 (41.5%) acima. Ao analisarmos o total populacional das duas populações para o ano de 1809 somos capazes ver que a diferença entre esse ano e o seguinte (1810) é apenas de 63 indivíduos, que nos leva a crer no mapa de 1809 os escravos estão incluídos na contagem.

O valor de escravos presente no Mapa de 1823 poderá ter sido causada pela inclusão das escravas no grupo das mulheres ou então a sua não contagem. Do Mapa anterior a 1823 detetámos uma descida de 64.2% (de 1,498 para 537 efetivos), ainda que o lapso temporal seja grande (6 anos, o maior entre dois mapas em toda a série) não parece ser justificativo de numeramento tão baixo, tendo em vista que no mapa seguinte registamos uma subida de 100.9% (para 1,079), o que nos leva a crer que a contagem de 1823 possa estar errada ou não apresentar a contagem de todos os escravos.

Analisando o esquema total, podemos notar numa taxa razoavelmente alta de escravos em Macau em quase todo o período. Estes resultados, todavia, não devem constituir como uma enorme surpresa, indo de acordo ao que Vale (2013), Rato (2015) e Matos (2011 & 2016) enunciam, na Ásia Portuguesa representava mesmo um caso único. Estes números acabam por ganhar uma maior dimensão se tivermos em conta que, por um lado falamos de escravos domésticos – Macau é um território pequeno e durante muito tempo a população portuguesa ficou restringida às suas muralhas, os escravos trabalhavam sobretudo no serviço doméstico (sendo principalmente do sexo feminino), logo não teriam a mesma função que noutras colónias, como Angola e Moçambique onde existia uma economia de plantação, por exemplo – e por outro, estes estariam na posse de uma elite bastante reduzida (Vale, 2013).

Na análise da população escrava em si mesma (quadros 4 e 5, em anexo), é de esperar igualmente flutuações elevadas para certos anos, nomeadamente 1823 e 1849. No primeiro

registamos uma descida global 64.2% nos escravos contabilizados, um número demasiado elevado, passando de 1,498 escravos para 537 (uma descida de 961 indivíduos). No ano seguinte (1834) foram registados 1,079 no total de escravos, que continua a representar uma queda relativamente ao valor de 1816, mas mais ameno e parece ter sido sobretudo para uma queda no número de escravos do sexo feminino na ordem dos 37.2% (de 1816 para 1824). Mas relativamente ao Mapa de 1823 já colocámos a hipótese de os dados apresentados não serem os corretos. O segundo ano mencionado (1849) regista uma queda populacional mais reduzida de 51%, mas que não deixa de ser estranha, mas para o qual apresento uma possibilidade que justifique esses valores mais perto do final desta publicação.

Não me querendo alongar em demasia na análise nos números de escravos, que não são o ponto central deste trabalho, vamos-nos restringir à análise por década (quadro 5, em anexo). Aqui verificamos uma subida de 19.6% da primeira para a década de 1810, seguida de uma descida de 33.1% (causa direta do valor registado em 1823, que será decerto um erro ou omissão, tirando esse valor, a tendência continua negativa, mas passa para -19.1%). Na década seguinte, nova subida na ordem dos 22.9%, tendo a última década uma nova descida de 13.9%. A tendência torna-se assim um pouco difusa e resumida em: subida, descida, subida e terminando com descida, ao longo das décadas. Em termos de afetivos a diferença entre o número mais alto da série não é tão acentuada como na população portuguesa, trata-se apenas de 456 habitantes por oposição aos 1,230 habitantes na média populacional por década da população portuguesa (quadro 2, em anexo).

Outra das características inerentes a esta população é, numa semelhança à população livre, a existência de mais escravas do sexo feminino (quadro 6, em anexo). Construindo-se uma relação de masculinidade o que se observa é que se irá manter entre 25,64 e os 87,30, uma grande variação, mas que comprova que existiram sempre mais escravas. Não obstante nos anos de 1824 e 1827, os únicos momentos em que a relação entra na casa dos 80, a diferença numérica entre escravos e escravas é relativamente reduzido, 77 indivíduos no primeiro caso e 78 no segundo, tratando-se de uma aproximação grande ao que se observava no último Mapa onde temos a divisão de escravos por sexo (1816), que conta uma diferença de 344 indivíduos, entre o número de escravos (577) e escravas (921).

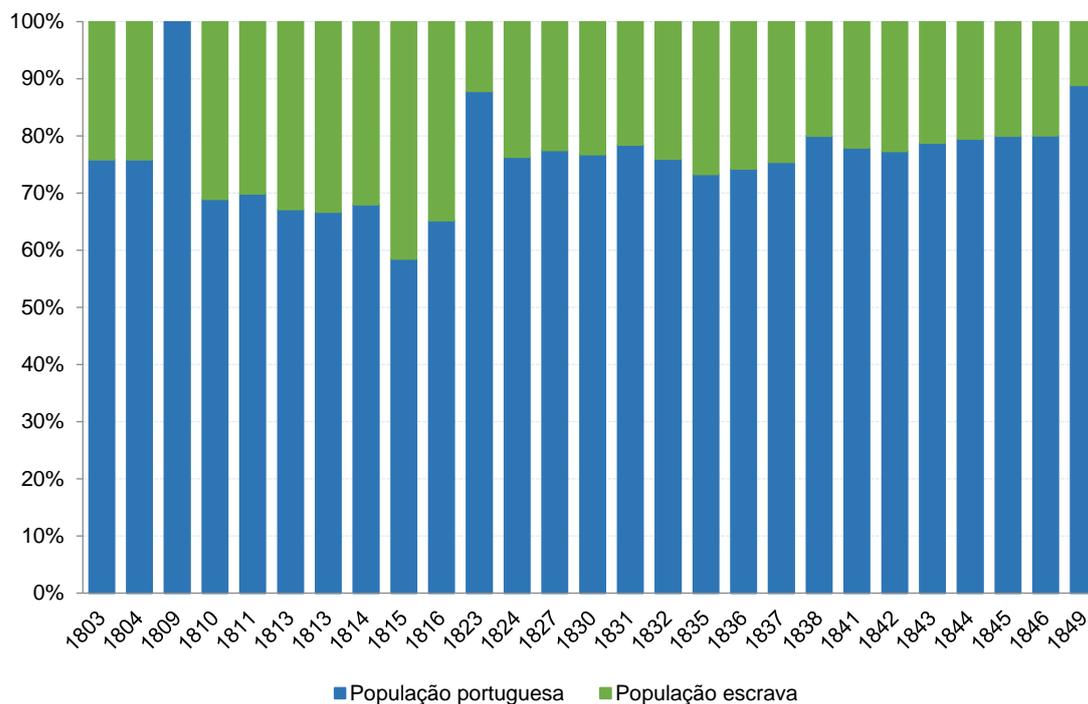
Por oposição à população livre cristã, o número de escravos vai diminuir em Macau, sendo notória a sua descida, de 1,152 indivíduos de ambos os sexos, para 490 no final do período, uma descida na ordem dos 57.5%. A última entrada registada, para o ano de 1849, vai mesmo ser o número mais baixo de toda a série, tendo o pico sido atingido no ano de 1815 com 1,573 efetivos. Concluindo-se assim que a tendência de escravos seria decrescente. Isto poderia ter sido fruto de dois casos, um primeiro em que o número de escravos estaria efetivamente a descer, outro e talvez mais possível deve-se à consideração jurídica dada aos escravos, sabe-se de crianças chinesas que seriam compradas às famílias seguindo um regime de servidão, logo o

que poderá ter acontecido poderá passar por uma mudança de nomenclatura que os levam a não ser considerados escravos; porém, não existem provas claras disso, sendo apenas uma hipótese que explica os números reduzidos no final do período em estudo.

Em suma, não parece existir uma relação clara entre o desenvolvimento da população portuguesa e a subida da população escrava. Na verdade, sendo os escravos sinal de algum poder económico, sendo usados sobretudo no panorama doméstico e estando concentrados sobretudo numa elite (Matos, 2011; Vale 2013), é difícil aferir se a existência de mais escravos significaria períodos de maior abundância económica em Macau e a existência de uma elite em números mais elevados ou simplesmente era sinal que a elite adquiriria mais escravos. Tentar confrontar o número de escravos e portugueses pode ser enganador, dado o facto de uma proporção elevada da população portuguesa não ter a capacidade para adquirir escravos, não seria, pois, expectável que existisse uma relação entre as duas populações (Gráfico 5). Claro que, em sentido oposto, se poderia referir que a existência de mais escravos se-riam sinónimo de riqueza em Macau, mas como já vimos para a população portuguesa não parece existir uma causa-efeito visível entre aumentos e descidas demográficas e eventos políticos e económicos regionais e políticos. Igualmente, neste caso e tal como no anterior acabamos por ser traídos pela fiabilidade dos dados, estes proporcionam-nos a capacidade de desenhar tendências gerais a longo prazo, mas analisando Mapa a Mapa e até mesmo em termos de década (como aliás vimos anteriormente) a existência de valores potencialmente errados (por omissão ou simplesmente erro do escrivão) acabam por colocar em causa as contagens. Apesar de tudo e constituindo-se este trabalho como uma primeira tentativa de usar uma série de fontes que nunca teriam sido utilizadas em conjunto, os dados apresentam-nos uma primeira ideia mais completa, relativamente às populações sobre jugo português na cidade de Macau. Abrindo-se este conjunto de dados, resta agora tentar continuar a preencher as lacunas existentes com novos dados, sejam eles inéditos e ainda por descobrir em algum arquivo, ou então dados já conhecidos e utilizados por outros autores, alguns inclusivamente citados neste artigo, mas que por uma razão de simplificação foram excluídos deste trabalho.

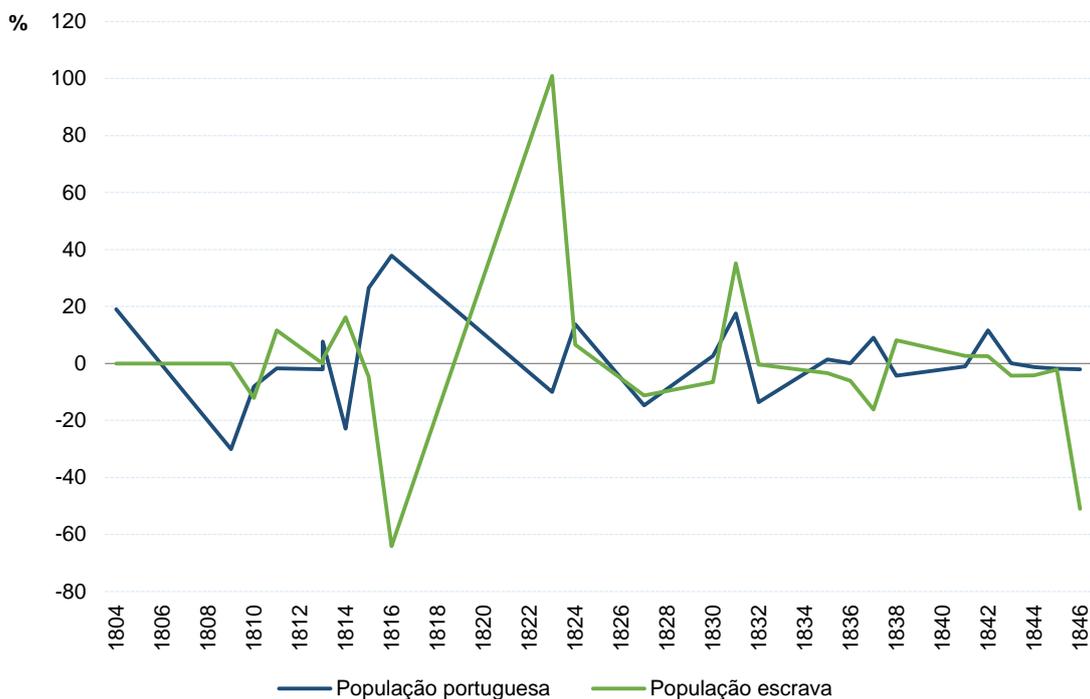
Este tipo de análise de longo curso é também iluminador na medida em que nos permite identificar possíveis erros nos somatórios populacionais. A consideração da população não livre para este artigo permitiu-nos identificar mais facilmente a existência de mapas com valores errados, através de uma análise comparativa direta entre as duas populações.

Gráfico 4 A população portuguesa e escrava em Macau, 1803-1849



Nota No ano de 1809 foi adicionado à população portuguesa: 34 “clérigos” (1 “bispo”, 4 “vigário e dignidade”, 6 2cónegos”, 2 “meios cónegos”, 3 “parraes (?)”, 14 “sacerdotes” e 3 “menores”), 12 “regentes” (1 “dominicano”, 1 “franciscano”, 10 “capuchos”) e 6 pessoas do “seminário” (6 “mestres e leigos” e 19 “alunos”) e 39 “regentes” (39 “freiras”). No ano de 1823 foram adicionados à população portuguesa 45 membros do “corpo eclesiástico” (22 “sacerdotes seculares”, 3 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 6 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 7 “dittos da Ordem Franciscana” e 7 “dittos da Congregação de S. Vicente de Paulo”) e 38 membros do “corpo eclesiástico” feminino (38 “religiosas de Santa Clara”). Membros do corpo militar não foram adicionados em nenhum dos casos referidos em cima, já que não seria hábito incluí-los nos mapas populacionais. Nos anos de 1830 e 1831 foi adicionada a população relativa aos homens e mulheres das “diversas castas” (142 no primeiro caso e 137 no segundo, perfazendo um total de 279). Sendo anteriormente escravos optou-se por não se considerar os “libertos” como parte de nenhuma das populações analisadas neste gráfico. Os “menores” escravos existentes estão todos confluídos nos gêneros correspondentes. Para os anos de 1830 e 1831 foram considerados escravos os elementos denominados de “pretos” e “pretas”. Em 1832 foram considerados como os escravos os elementos denominados de “escravos caftres” e “escravos [?]” e foram adicionados à contagem de escravos geral 204 indivíduos pertencentes a “diferentes castas” (166 “cativos” e 38 “forros”).

Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do projeto *Counting Colonial Populations: Demography and the Use of Statistics in the Portuguese Empire, 1776-1890*.

Gráfico 5 Taxa de crescimento da população portuguesa e da população escrava em Macau, 1803-1849

Nota No ano de 1809 foi adicionado à população portuguesa: 34 “clérigos” (1 “bispo”, 4 “vigário e dignidade”, 6 “cónegos”, 2 “meios cónegos”, 3 “parraes (?)”, 14 “sacerdotes” e 3 “menores”), 12 “regentes” (1 “dominicano”, 1 “franciscano”, 10 “capuchos”) e 6 pessoas do “seminário” (6 “mestres e leigos” e 19 “alunos”) e 39 “regentes” (39 “freiras”). No ano de 1823 foram adicionados à população portuguesa 45 membros do “corpo eclesiástico” (22 “sacerdotes seculares”, 3 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 6 “religiosos da Ordem dos Pregadores”, 7 “dittos da Ordem Franciscana” e 7 “dittos da Congregação de S. Vicente de Paulo”) e 38 membros do “corpo eclesiástico” feminino (38 “religiosas de Santa Clara”). Membros do corpo militar não foram adicionados em nenhum dos casos referidos em cima, já que não seria hábito incluí-los nos mapas populacionais. Nos anos de 1830 e 1831 foi adicionada a população relativa aos homens e mulheres das “diversas castas” (142 no primeiro caso e 137 no segundo, perfazendo um total de 279). Sendo anteriormente escravos optou-se por não se considerar os “libertos” como parte de nenhuma das populações analisadas neste gráfico. Os “menores” escravos existentes estão todos confluídos nos gêneros correspondentes. Para os anos de 1830 e 1831 foram considerados escravos os elementos denominados de “pretos” e “pretas”. Em 1832 foram considerados como os escravos os elementos denominados de “escravos cafres” e “escravos [?]” e foram adicionados à contagem de escravos geral 204 indivíduos pertencentes a “diferentes castas” (166 “cativos” e 38 “forros”).

Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do projeto *Counting Colonial Populations: Demography and the Use of Statistics in the Portuguese Empire, 1776-1890*.

Metainformação

Mapa populacional Os mapas populacionais eram documentos requisitados pela coroa portuguesa aos governadores ou à administração dos territórios coloniais portugueses. Foram realizados com alguma regularidade a partir de 1776 e permitem-nos contabilizar populações e estabelecer taxas de crescimento, estruturas sociais e, ainda que se deva considerar estes dados com o devido cuidado, permite-nos estabelecer tendências gerais para as populações coloniais num nível macro (Matos, 2011).

Unidade de medida Indivíduos.

Fonte *Counting Colonial Populations: Demography and the Use of Statistics in the Portuguese Empire, 1776-1875.*

Link da fonte <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>

Fontes

| Ano | Referência do Mapa | Título do Mapa |
|------|--|--|
| 1803 | AHU, CU, Índia, Cx. 413 | Mapa da População da Cidade de Macau |
| 1804 | AHU, CU, Macau, Cx. 21, Doc. 37 | Mapa da População da Cidade de Macau |
| 1809 | AHU, CU, Macau, Cx. 28, Doc. 35, R. 22 | Mappa Geral da Populaçõ da Cidade de Macao |
| 1810 | AHU, CU, Índia, Cx. 425 | Mappa da População da Cidade de Macáo |
| 1811 | AHU, CU, Índia, Cx. 424 | Mappa da População existente nesta Cidade no presente anno |
| 1813 | HAG, 198D, fl. 605 | Mapa da População existente nesta cidade no presente ano |
| 1813 | AHU, CU, Macau, Cx. 35, Doc. 39 | Mapa da População de Macau existente nesta Cidade e nobreza ao ano |
| 1814 | AHU, CU, Macau, Cx. 37, Doc. 79, R. 29 | Mapa da População desta Cidade |
| 1815 | AHU, CU, Macau, Cx. 39, Doc. 8 | Mapa da População desta Cidade |
| 1816 | AHU, CU, Macau, Cx. 40, Doc. 36 | Mapa da População desta Cidade |
| 1823 | AHU, CU, Macau, Cx. 49, Doc. 25, R. 36 | População de Macau em 1823 |
| 1824 | AHU, CU, Macau, Cx. 61, Doc. 25 | Mapa da População de Macau neste ano de 1824 |
| 1827 | AHU, CU, Macau, Cx. 58, Doc. 34 | Mapa da População de Macau neste ano de 1827 |
| 1830 | AHU, CU, Macau, Cx. 61, Doc. 25 | Mapa da População da Cidade de Macau |
| 1831 | AHU, CU, Índia, Cx. 491 | Cópia Mapa da População da Cidade de Macau |
| 1832 | AHU, CU, Índia, Cx. 491 | Mapa da População da Cidade de Macau em o ano de 1832 |
| 1835 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0002 | Mappa da População da Cidade de Macao 1835, dividido em diferentes classes nelle aprestadas |
| 1836 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0002 | Mapa da População da Cidade de Macao 1836 |
| 1837 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0004 | Mapa da População da Cidade de Macao 1837, dividido em diferentes classes nelle apontadas |
| 1838 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0005 | Mapa da População da Cidade de Macao 1838 |
| 1841 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0009 | Mapa da População da Cidade de Macao 1841 |
| 1842 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0011 | Mappa da População da Cidade de Macao do anno de 1842 dividido em diferentes clafses nelle apontadas |
| 1843 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0012 | Mappa da População da Cidade de Macáo do anno de 1843 devidido em diferentes clafses nella apontadas |
| 1844 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0013 | Mappa da População da Cidade de Macáo do anno de 1844 dividido em diferentes clafses nelle apontadas |
| 1845 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0014 | Mappa da População da Cidade de Macáo do anno de 1845, dividido em diferentes clafses nelle apontadas. |
| 1846 | AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx. 0015 | Mappa da População da Cidade de Macao do anno de 1846 dividida em diferentes classes nelle apontadas. |
| 1849 | Visconde de Castelões, Relatório do Ministério dos Negócio da Maria e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850 (sem paginação). | Mappa da População christã de Macau. |

Referências bibliográficas

- Alves-Caetano, António (2016), *Macau na Era Napoleónica. Início dos Tempos Gloriosos do Ouvidor Arriaga*, (s/l), Labirinto de Letras.
- Amaro, Ana Maria (1998), *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão. Assim Nasceu Macau*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política / Livros do Oriente.
- Figueiredo, Fernando (2000), “A conjuntura política: depois de Hong Kong”, em António Henriques de Oliveira Marques (org.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3: *Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 35-90.
- Guimarães, Ângela (2000), “A conjuntura política: antes de Hong Kong”, em António Henriques de Oliveira Marques (org.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3: *Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 11-33.
- Hespanha, António Manuel (2019), *Filhos da Terra. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Matos, Paulo Teodoro de (2011), “The population of the Portuguese Estado da Índia, 1776-1820: sources and demographic trends”, em Laura Jarnagin (org.), *Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511-2011*, vol. 1: *The Making of the Luso-Asian World: Intricacies of Engagement*, (s/l), ISEAS-Yusof Ishak Institute, pp. 155-177.
- Matos, Paulo Teodoro de (2016), “Counting portuguese colonial populations, 1776-1875: a research note”, *The History of the Family*, 21 (2), pp. 267-280.
<https://doi.org/10.1080/1081602X.2016.1147371>
- Oliveira, João Carlos (2000), “Sociedade e quotidiano”, em António Henriques de Oliveira Marques (org.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3: *Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 315-480.
- Rato, Diana (2015), “The population of Macao, 1770s-1820s”, *Anais de História Além-Mar*, 16, pp. 181-204. <http://hdl.handle.net/10362/19813>
- Serrão, José Vicente (1998), “Macau”, em Valentim Alexandre & Jill Dias (orgs.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. 10: *O Império Africano 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 719-765.
- Silva, Beatriz Bastos (1995), *Cronologia da História de Macau*, vol. 3, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- Vale, António (2013), “A sociedade macaense no antigo regime”, *Povos e Culturas*, 17, pp. 65-92. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2013.8924>



Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Iscte, o Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia, da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

| | |
|----------------|---|
| Série | OEm Working Papers, 10 |
| Título | A população portuguesa de Macau, 1800-1850: uma análise demográfica |
| Autores | Diogo Queijo |
| Editor | Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa |
| Data | Julho de 2022 |
| ISSN | 2183-5438 (online) |
| DOI | 10.15847/CIESOEMWP102022 |
| URI | |

Como citar Queijo, Diogo (2022), "A população portuguesa de Macau, 1800-1850: uma análise demográfica", *OEm Working-Paper*, 10, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa.
DOI: 10.15847/CIESOEMWP102022

www.observatorioemigracao.pt

cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

IGOT Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

IS INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U. PORTO



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



**COMUNIDADES
PORTUGUESAS**